

EDUCAÇÃO

Número Temático - vol. 11 n. 1 - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v11n1p25-39



DISCUTIR SEXUALIDADE/GÊNERO PARA PREVENÇÃO AO HIV/AIDS: PERCEPÇÕES DE JOVENS/ADOLESCENTES NUMA ESCOLA PÚBLICA DE MATA DE SÃO JOÃO

SEXUALITY/GENDER DISCUSSION TO PREVENT FROM HIV/AIDS;
YOUNG TEENAGER PERCEPTIONS, FROM A PUBLIC SCHOOL IN
MATA DE SÃO JOÃO-BA

DISCUTIR SEXUALIDAD/GÉNERO PARA LA PREVENCIÓN DEL VIH/
SIDA: PERCEPCIONES DE LOS JÓVENES/ADOLESCENTES EN UNA
ESCUELA PÚBLICA DE MATA DE SÃO JOÃO

Elder Luan dos Santos Silva¹
Francinei Anunciação do Nascimento²

RESUMO

Este trabalho objetivou identificar no contexto escolar se os/as jovens conseguem perceber a importância de se trabalhar as questões de sexualidade e gênero como estratégia de combate ao aumento das infecções de HIV/AIDS. A metodologia empregada teve uma abordagem de pesquisa ação na qual os/as sujeitos/as participaram ativamente da construção de aprendizados. Os/as jovens revelaram a necessidade de trabalhar questões de gênero e sexualidade na escola como forma de reduzir o número de contaminados/as por HIV/AIDS. Destacaram também que se faz necessário utilizar uma linguagem e metodologias participativas como oficinas lúdicas que facilitem a compreensão das discussões e reflexões para que possam tornar-se jovens multiplicadores da promoção a saúde e valorização das diversidades.

PALAVRAS-CHAVE

HIV/AIDS. Gênero e Sexualidade. Jovens e Adolescentes.

ABSTRACT

This paper aims at identifying if teenagers, in a school context, are able to realize the importance of studying sexuality and gender issues as a strategy to avoid the increase of HIV/AIDS infection. The approach of action research was used as methodology, in which the participants could work actively to consolidate their learning. As a result, it shows the need of discussing these issues to minimize the number of young students who are contaminated by HIV/AIDS. It was also observed that the use of accessible language and playful strategies is necessary to facilitate the comprehension of discussions and reflexions, in order to promote health and value diversity by the students, who may become multipliers.

KEYWORDS

HIV/AIDS, Gender and Sexuality, Young students and Teenagers

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo identificar en el contexto escolar si los jóvenes consiguen percibir la importancia de trabajar en temas de sexualidad y género como estrategia para combatir el aumento de las infecciones por VIH/SIDA. La metodología empleada tuvo un enfoque de investigación-acción donde los sujetos participaron activamente en la construcción del aprendizaje. Los jóvenes revelaron la necesidad de trabajar en temas de género y sexualidad en la escuela como una forma de reducir el número infectados con VI /SIDA. Destacaron que es necesario utilizar el lenguaje y las metodologías participativas como talleres lúdicos que faciliten la comprensión de los debates y reflexiones para que se conviertan en jóvenes multiplicadores de la promoción de la salud y la valoración de las diversidades.

DESCRIPTORES

VIH/SIDA, Género y Sexualidad, Juventud y Adolescencia.

1 PRIMEIRAS QUESTÕES

O espaço escolar deve ser um habitat estrutural e social de formação que vise o desenvolvimento pessoal e social dos/as adolescentes e jovens. A escola possui como prerrogativa a formação integral dos/as educandos/as, assim como pressupõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 que, entre outras coisas, afirma que a escola deve capacitar seus estudantes para o convívio pacífico em sociedade (XAVIER, 2015). Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação (PNE) vigente orienta a “superação das desigualdades educacionais” e a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”.

Mesmo não havendo menções específicas às questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, os instrumentos legislativos educacionais consensuam na prerrogativa de que a escola e a educação como um todo devem ser um espaço de superação das desigualdades sociais e enfrentamento de violências e preconceitos. Entretanto, o respeito a essa diversidade abstrata, que não está nomeada no PNE nem na Base Nacional Comum Curricular, pouco se materializa em ações e/ou políticas públicas, especialmente quando se trata das questões de gênero e orientação sexual.

Junqueira (2012), Veiga-Neto (2001), Louro (2013), Magalhães (2013) Nascimento e Jesus (2010), Dornelles e Meyer (2013) e outros estudiosos das questões de gênero e sexualidade, sinalizam, há algum tempo, que as escolas têm falhado nos debates sobre gênero e sexualidade, ao menos no que diz respeito a não discriminação de pessoas que expressam e vivenciam uma sexualidade diferente do padrão heteronormativo.

Especialmente no que tange ao currículo, Junqueira (2012) e Louro (2013) corroboram que as questões de gênero e sexualidade são omitidas na grade curricular, reforçando a homofobia, machismo e misoginia por meio da omissão e do silenciamento a diversidade sexual e de gênero.

A pesquisa *Juventudes e sexualidade*, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2000 e publicada em 2004, com amostragem coletada em 241 escolas públicas e privadas de 14 capitais brasileiras, já apresentava resultados alarmantes: 39,6% dos estudantes do sexo masculino não gostariam de ter um colega de classe homossexual; 35,2% dos pais não gostariam que seus/suas filhos/as tivessem um colega de classe homossexual (ARAUJO; CRUZ; DANTAS, 2018).

As escolas, de modo geral, são locais de convivência com pessoas de inúmeras vivências pessoais e origens diversas que independem de classe social, religião, raça, gênero ou orientação sexual – marcadores sociais que em algum momento podem se assemelhar ou cruzar com outras histórias de vidas. Muitos desses marcadores sociais, principalmente no tocante as relações de gênero e orientação sexual engatilham histórias de discriminação e contribuem para vulnerabilização de jovens escolares, deixando-os/as sujeitos a situação de violências de gênero, sexuais, assim como susceptíveis a infecções sexualmente transmissíveis como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

Nesse sentido, acreditamos que a ausência de discussões sobre gênero e sexualidade na escola, além de contribuir com a reprodução e a produção de violências com motivação sexual e de gênero, contribui também com a não-informação e o desconhecimento de questões relacionadas ao início da

vida afetivo-sexual na adolescência. Ao se isentar de falar sobre gênero, sexo e sexualidade, a escola se ausenta também de instruir os e as estudantes sobre questões de saúde pública, a exemplo das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e o HIV/AIDS.

Arraes e outros autores (2013) sinalizava isso desde 2013, quando a tendência de crescimento da prevalência de infecção pelo HIV na população juvenil entrava em alerta. O boletim epidemiológico HIV/AIDS do Ministério da Saúde em 2018 apontava um aumento de 700% de contaminação pelo vírus entre jovens de 15 a 24 anos. Se no início da epidemia da AIDS, o maior número de casos foi constatado em homens em relações homoafetivas, com o avanço das pesquisas e estudos estatísticos, percebeu-se que no tocante ao perfil atual da epidemia, as mulheres estão hoje sendo as mais infectadas, mesmo aquelas que estão em relações consideradas estáveis com seus parceiros.

Essa assertiva pode ser observada no documento elaborado pelo Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres (UNIFEM):

Com o crescimento da transmissão da infecção do HIV via relações heterossexuais, aumentaram rapidamente os casos de transmissão entre as mulheres. No entanto, foi só a partir dos anos 90 e mais intensamente nos últimos cinco anos, que as questões específicas das mulheres quanto ao HIV / AIDS tomaram relevância. (UNIFEM, 2004, p. 10).

A feminilização está atrelada tanto à vulnerabilidade biológica, quanto aos aspectos das relações patriarcais, haja vista que, são moldadas e atravessadas pela cultura masculina tóxica. As relações de poder matrimoniais, historicamente colocam as mulheres em posições de subalternidade inclusive nas práticas sexuais que, não raras, são impostas pelos homens às suas parceiras. Em muitas dessas relações, o uso do preservativo é ditado pelo parceiro – é quase que uma escolha individual dele, da qual a mulher pouco participa ou é forçada a ceder.

As construções sociais do masculino e do feminino, muitas vezes reforçadas pela escola, contribuem para posicionar homens e mulheres em distintos lugares de poder na negociação sexual. Especialmente na adolescência, o não uso de preservativos faz parte de uma construção cultural que posiciona como mais viris os homens que convencem suas parceiras a não usarem camisinha, ao tempo que posiciona como indignas as mulheres que fazem uso de contraceptivos e preservativos na adolescência.

Gavin e outros autores (2006) afirmam que a escolaridade dos adolescentes está altamente relacionada com a prática sexual e o uso ou não de preservativos. Cruzeiro e colaboradores (2010) atestam que entre mulheres o índice de uso de preservativo é menor comparado aos homens, pois a maioria delas não leva preservativo em seus encontros. Da mesma forma, nos dados apresentados por Alves e Lopes (2008) é possível notar uma divisão sexual da prevenção: enquanto os homens são os responsáveis pelo uso da camisinha, em igual medida é responsabilidade das meninas métodos de contracepção.

Na perspectiva da construção cultural, Guimarães (1996) ressalta que as dificuldades associadas à negociação de práticas sexuais seguras não se resumem somente à discussão sobre sua adoção. Segundo a autora, para possibilitar um espaço propício para tais discussões, é necessário o confronto com questões mais complexas, relacionadas a uma gama de representações sociais que permeiam o exercício das diferentes sexualidades e que se encontram marcadamente presentes nas inter-re-

lações de gênero. Nelas, em oposição a uma cultura positiva da masculinidade, encontra-se uma cultura feminina marcada fortemente pelo silêncio, pelo conformismo e pelo ocultamento.

Muitas destas posturas machistas, que podem, como já foi mencionado, contribuir para o aumento da infecção de HIV e IST entre os/as jovens e resultar em violência de diversas ordens sexuais, afetivas e de gênero, poderiam ser evitadas ou minimizadas se a escola adotasse um programa de educação sexual voltado para trabalhar estas temáticas em seu cotidiano escolar. A inclusão das discussões de gênero e sexualidade na escola precisa ser tomada como parte essencial da formação de jovens e adolescentes.

Um dos fatores que levam a escola a não trabalhar determinadas temáticas que poderiam diminuir situações de vulnerabilidade sexual e de gênero e por consequência mitigar os impactos da epidemia de HIV/AIDS e violências múltiplas, relaciona-se a inabilidade por parte dos/as educadores/as e gestores/as escolares em tratar esses assuntos, associados a um currículo escolar que não almeja ampliar o debate sobre a diversidade sexual e de gênero. Embora a educação sexual seja um “guarda-chuva” importante para abarcar diversas questões de cunho biopsicosocial, ela ainda sofre forte influência neofundamentalista e conservadora de quando se pensou em implantar uma proposta de educação sexual no país (ARAUJO; CRUZ; DANTAS, 2018).

Ao analisarmos a inserção das discussões sobre educação sexual na escola no início do século XX, iremos de imediato verificar que era tratada apenas no campo das ciências naturais ou biológicas, restringindo a responsabilidade de trabalhar estes temas aos professores de ciências ou ainda a convocação de profissionais de saúde para o repasse das informações sobre sexualidade e IST. Durante muitos anos a educação sexual, foi focada no âmbito somente do controle à iniciação sexual precoce com o intuito de reduzir as infecções sexualmente transmissíveis e reprodução. Tornou-se um padrão de educação sexual pautado no aspecto heteronormativo, desconsiderando as demais expressões de sexualidades.

Da mesma forma, o debate atual sobre a inclusão das questões de gênero e sexualidade na escola está em constante disputa. Questionado pelos setores neoconservadores do Congresso Nacional, que optam pelo silenciamento dessas questões na educação, as definições sobre gênero, sexo e sexualidade remontam debates do século passado, quando estavam posicionados em fundamentações meramente biológicas (SILVA, 2018).

É preciso fazer com que a escola estranhe o currículo imposto pela sociedade, já que este exclui questões importantes de valorização da diversidade humana e seguir o que sugere Louro (2008) sobre a necessidade de estranhar o currículo, no sentido de desconfiar daquilo que está ou é estável naquele arcabouço de conhecimentos.

Diante do que foi exposto acima se faz necessário que a comunidade escolar (professores/as, diretores/as, coordenadores/as, alunos/as), assumam uma postura ativa no sentido de minimizar os efeitos da construção cis-heterossexual do gênero e sexualidade, porém também implementar atividades que visem combater a discriminação antes que os/as estudantes levem adiante para sua vida adulta posturas discriminatórias e de risco.

Neste sentido, este trabalho objetivou identificar no contexto escolar, de uma escola pública do interior da Bahia, se os jovens conseguem perceber a importância de se trabalhar as questões de sexualidade e gênero como estratégia de combate ao aumento das infecções de HIV/AIDS no Brasil.

Esta intervenção foi realizada em uma escola municipal na cidade de Mata de São João, situada na região metropolitana de Salvador – o município possui uma população estimada de 46 mil habitantes e fica a uma distância de 54 quilômetros da capital do estado da Bahia. A cidade possui uma região urbana, rural e litorânea, sendo esta última responsável por receber milhares de turistas por conta da beleza dos recursos naturais presente em suas praias na linha verde que liga a Bahia a Sergipe pela via do Litoral Norte.

O projeto atingiu as turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental, que abrange a faixa etária de 12 a 14 anos, sendo aproximadamente 15 estudantes de cada ano de ensino, levando em consideração a paridade de gênero. A escolha deste grupo se deu pelo maior grau de maturidade em relação aos demais estudantes do ensino fundamental e principalmente por estes fazerem parte do segmento jovem e adolescente preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que de acordo com seus artigos 2, 11 e 14, é garantido maior legitimidade e respaldo a instituição escolar no repasse de informações, mesmo que porventura seja polemizada pelos familiares dos jovens em questão (ROSATO; LEPORE; CUNHA, 2014).

1.1 O ACESSO DA JUVENTUDE A DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Existe, atualmente, 1,8 bilhão de pessoas no mundo com idade entre 10 e 24 anos, constituindo a maior população de jovens (15 a 24 anos) e adolescentes (10 a 19 anos) da história – pessoas que podem contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento sustentável com inclusão social de seus países. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui mais de 51 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o equivalente a 27% da população total; para a faixa etária de 15 a 24 anos, o total supera 34 milhões de pessoas, ou 18% da população aproximadamente (ONU, 2016).

O avanço no número de casos de infecções por HIV/AIDS para diferentes grupos populacionais, independente de orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária, classe social e racial fez com que a denominação “grupo de risco”, originalmente utilizada para caracterizar grupos mais propensos a adquirir uma doença, ficasse em desuso no campo da saúde. Entretanto, ainda ronda a compreensão social de que pessoas LGBT, em especial homens gays, são mais propensos a adquirir HIV/Aids.

No Brasil, o debate sobre a quem cabe informar aos jovens (e, conseqüentemente, geri-los e regulá-los) a respeito da sua sexualidade, gênero e sobre as implicações de oferecer-lhes saberes sobre tal temática data da primeira década do século XX. Tal debate tem sido atravessado por determinantes socioculturais e instituições de diversas ordens como a Igreja Católica e sua moral conservadora, o discurso médico e as mudanças no próprio Estado, instituição reguladora do ensino no país (MARINHO, 2006).

A sexualidade desponta como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas. Foucault (1984) certamente diria que proliferam cada vez mais os discursos sobre o sexo e que as sociedades continuam produzindo, avidamente, um saber sobre o prazer, ao mesmo tempo em que experimentam o prazer de saber.

Quando se fala em gênero inevitavelmente há o risco de incorrer-se aos aspectos relacionados à forma com a qual as pessoas se relacionam, remetendo-se a perspectiva da homossexualidade ou heterossexualidade. No entanto vale salientar que as questões inerentes ao desejo e afetividade por pessoas do mesmo sexo, não revela o papel social imposto pela sociedade ao indivíduo que está por vir ao mundo.

Muito embora se saiba que existe uma relação intrínseca entre gênero e sexualidade, devemos destacar que se trata de questões diferentes. Tomemos como referência o que afirma Louro (2008):

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que escolheram para viver. (LOURO, 2008, p. 21).

Nesse contexto, a AIDS, conforme já mencionado no início deste artigo, abarca aspectos tocantes às relações afetivas e as relações de poder. Convém também discutir a vulnerabilidade feminina diante desta epidemia e o modo como os papéis sociais de gênero implicam nos processos de prevenção e proteção a ISTs. No caso das mulheres, além de estarem expostas biologicamente, uma vez que em relações heterossexuais a mulher é quatro vezes mais vulnerável a infecção, pois a zona de exposição ao vírus na relação sexual é maior e tem maior quantidade de fluidos transferidos, estão também em posição de subalternidade, especialmente nos processos de decisão do uso do preservativo.

Quando somadas as questões corporais e biológicas, com os aspectos decorrentes da desigualdade entre homens e mulheres, pesquisas apontam um quadro progressivo do adoecimento feminino. Significa dizer que a vulnerabilidade feminina diante da epidemia de AIDS encontra suas bases em uma histórica sociedade patriarcal, na qual cabem à mulher os papéis de esposa, mãe e cuidadora (MAFRA; PEREIRA *et al.*, 2014).

Diante deste quadro, diversas iniciativas ao longo das três décadas de epidemia de HIV/AIDS, buscaram abordar de forma transversal essa problemática seguindo uma lógica mais prática ao invés do discurso. No início da década de 1990, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e em seguida o grupo de apoio à prevenção da Aids (GAPA)/BA iniciaram, pioneiramente, ações de enfrentamento à epidemia junto ao público de adolescentes e jovens baseadas em capacitação de professores/as e na inserção de adolescentes e jovens nestas formações, fazendo-os assumir o papel de agente multiplicador para seus pares (MARINHO, 2006).

Nestes projetos de prevenção e educação sexual são utilizadas diversas metodologias participativas como, por exemplo, teatro, jogos, oficinas e dinâmicas de grupo etc. Estas despontam como ferramentas que possibilitam maior participação dos/as envolvidos/as com o propósito de sensibilizar e informar estes beneficiários acerca da epidemia de HIV/AIDS, de sexualidade e gênero assim como formá-los/as enquanto multiplicadores de informação para pares.

No trabalho de educação sexual, sobretudo nos aspectos ligados a gênero e sexualidade, bem como na formação de pares no enfrentamento do HIV/AIDS, estas metodologias despontam como uma estratégia importante de intervenção para disseminação de informações relacionada à sexualidade, gênero e ao HIV/AIDS. Sabe-se, porém, que a ideia de educação deveria ser uma interativa troca de conhecimentos, permitindo o resgate de filosofias que representam uma possibilidade de autonomia crítica do/a educando/a. O ponto que se quer enfatizar com essa afirmação provocativa é que, rigorosamente, ninguém ensina nada a ninguém, mas todos aprendem com todos (FREIRE, 2006).

2 CAMINHO METODOLÓGICO

No projeto de intervenção realizado que resultou nesse artigo, foi empregada a metodologia de pesquisa-ação com a finalidade de envolver diretamente o pesquisador e o público-alvo, visando o estabelecimento de um pensamento participativo e mais seguro em relação à prevenção ao HIV/AIDS e de respeito à diversidade de gênero e orientação sexual.

Foram desenvolvidas oficinas lúdicas que teve como objetivo discutir as temáticas relacionadas às questões de gênero, sexualidade e prevenção ao HIV/AIDS. As oficinas foram escolhidas como estratégia para poder propiciar maior dinamicidade as discussões e principalmente constituir-se enquanto um espaço formativo. Nesse sentido Egg (1990 apud ZUCCO) afirma:

É uma proposta metodológica na perspectiva de transferir conhecimentos e habilidades. A socialização do conhecer e do saber metodológico é absolutamente necessário para que as pessoas participem ativamente. Para decidir e participar com eficácia é necessário estar capacitado. Neste sentido, aparece a importância da transferência de tecnologia de atuação, tendo em conta que o “saber” é condicionante do “poder fazer” de maneira eficaz e eficiente. (EGG, 1990, p. 41).

Ainda sobre a metodologia e na perspectiva de atingir o objetivo proposto deste estudo e sob a luz do referencial da pesquisa ação, foram utilizados os seguintes passos metodológicos: primeiro foi realizado o levantamento bibliográfico para nortear a pesquisa e análise dos dados obtidos no desenvolvimento do projeto de intervenção realizado na escola; em seguida foi feita a divulgação e mobilização dos/as estudantes junto à comunidade escolar para realização de oficinas temáticas sobre Gênero e Sexualidade e Prevenção do HIV/AIDS.

Feita a divulgação, procedeu-se com o desenvolvimento das oficinas, que teve como etapa inicial o planejamento. O roteiro das oficinas teve como base o material didático “Saúde e Prevenção nas Escolas”, produzido pelo Ministério da Saúde (2011), com adaptações e inserções de outras publicações de instituições que lidam com os assuntos relativos à sexualidade e HIV/AIDS. Por fim, foi construído um relatório final, apresentando os resultados do Projeto de intervenção.

O local e o público escolhido para a intervenção se deram em função do pesquisador ser também professor da escola onde a oficina foi realizada, tendo assim contato direto e cotidiano com estudantes alvo do projeto. A escola está localizada na comunidade de Diogo, situada no litoral norte do município de Mata de São João e atende a uma gama de estudantes de outras localidades próximas como Santo Antônio e Areal, também dos municípios Itanagra e Entre Rios. A instituição escolar é de pequeno porte e conta atualmente com 5 salas de aula, em regime integral (matutino e vespertino). Todos/as estudantes são das séries finais do ensino fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano.

A estrutura é antiga e com poucos espaços para recreação. As salas de aula são de pequenas a médias, além de serem quentes, possuem um espaço improvisado para biblioteca, que por sinal foi onde ocorreram as oficinas. A gestão da escola é exercida por uma diretora, uma coordenadora e uma

vice-diretora e possui um corpo docente composto por onze professores. As oficinas foram realizadas no turno vespertino e contou com a participação de 23 estudantes do nono e oitavo ano do ensino fundamental II. Estava prevista a participação de 30 estudantes pré-selecionados/as com número paritário de gênero, sendo 15 por turma, mas por questões desconhecidas, só compareceram 23 alunos/as, sendo que a maioria dos/as participantes foram meninas.

Antes da mobilização e divulgação das oficinas, foi realizado contato com a gestão para apresentar a proposta de intervenção e conseguir autorização para sua realização. Todas os/as estudantes que participaram da oficina tiveram que apresentar Termo de Consentimento assinado por seus responsáveis ou tutor legal. A intervenção propriamente dita consistiu na efetivação de três oficinas selecionadas do caderno do Ministério da Saúde dentro do programa saúde e prevenção nas escolas de 2011, que foram compactadas e divididas em três módulos: sexualidade, gênero e prevenção ao HIV/AIDS.

3 DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Antes da realização das oficinas, os/as estudantes foram convidados a responder um questionário previamente elaborado. As questões foram referentes aos temas de gênero, sexualidade e prevenção/proteção ao HIV/AIDS. Chamou atenção o fato de cerca de 85% dos estudantes possuírem conhecimentos básicos sobre prevenção ao HIV/AIDS. No que diz respeito às questões de sexualidade, aproximadamente 70% fizeram uma recorrente associação apenas às práticas sexuais e com relação a definição de gênero a maioria considerou o termo como sendo algo unicamente associado as dimensões do sexo e sua dicotomia masculino versus feminino. O grupo majoritariamente considerou importante desenvolver discussões sobre sexualidade e gênero para diminuir os índices de infecção por HIV/AIDS.

Após o questionário, seguiram-se as oficinas, estas, por sua vez, foram retiradas do caderno saúde e prevenção na escola do ministério da saúde de 2011 e conforme dito anteriormente foram unificadas em um roteiro que organizou as temáticas em módulos. Obedecendo a uma estrutura que propiciava um trabalho dinâmico, no decorrer das oficinas foram utilizados recursos como poesia, construção de cartazes e dramatizações, sempre com discussão posterior pautadas em teorias sobre a sexualidade, gênero e prevenção ao HIV/AIDS.

Na primeira etapa da oficina foi feito um convite para os/as estudantes analisarem o poema de Carlos Drummond de Andrade intitulado *Na cama de quem ama*. Este poema permitiu iniciar uma discussão mais profunda sobre sexualidade. Eles/as construíram cartazes onde puderam apresentar suas percepções sobre o que viria a ser sexualidade. Os cartazes trouxeram em sua maioria figuras e imagens que denotam atos sexuais, apenas um cartaz ampliou um pouco mais a discussão para além das genitálias e como estas se relacionam.

Diante disto, a discussão foi ampliada, usando uma linguagem mais simples, porém, apresentando conceitos sobre sexualidade, sexo e gênero centrado em ideias e teses de autores/as como Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Leandro Colling e de instituições oficiais como a Organização Mundial de Saúde. Nesse sentido, no que tange a problematização sobre as práticas sexuais e como estas

repercutem na discussão sobre sexualidade e gênero, tomamos como referência a premissa sugerida por Colling (2018, p. 29) que a partir de Butler afirma que:

Além de problematizar o sistema sexo/gênero, ela (*Butler*) também faz interessantes reflexões sobre desejo e prática sexual. Na verdade, ela reflete sobre como a sociedade exige que todas as pessoas sigam uma linha reta e “coerente” entre sexo-gênero-desejo e prática sexual. Se eu tenho um determinado sexo, preciso ter determinado gênero e, além disso, desejar um sexo/gênero oposto ao meu e praticar sexo com ele/ela. No entanto, questiona Butler, muitas pessoas não desejam o sexo/gênero oposto ao seu. Outras desejam, mas não praticam esse desejo. Outra praticam e não desejam. Ou seja, a sociedade impõe o que considera uma linha coerente entre essas dimensões, mas na prática muitas pessoas não seguem essa linha. São essas pessoas as que mais sofrem com os preconceitos causados pela falta de respeito à diversidade sexual e de gênero.

Na segunda etapa, foi realizada uma discussão sobre como estes/as jovens percebem o conceito de sexo e gênero, utilizando a técnica de inversão de papéis. Onde foram fixadas na parede três folhas grandes de papel, formando três colunas. Foi escrito na primeira coluna a palavra MULHER e na terceira a palavra HOMEM. Os/as participantes falaram o que lhes vinham à cabeça quando escutam a palavra “mulher” e “homem”. Essas palavras foram inseridas na primeira e terceira coluna respectivamente. Quando esgotadas as características, foram trocados os títulos da coluna, e a palavra “mulher” foi substituída pela palavra “homem”, e vice-versa.

E assim indagado aos/as participantes se as características listadas para um poderiam ser atribuídas para outro; na coluna do meio, foram colocadas as características que não podem ser atribuídas aos dois sexos, ou seja, as ligadas à biologia. E por fim foi inserida a palavra SEXO na coluna do meio.

Esta técnica possibilitou aos jovens perceberem claramente que aspectos ligados ao biológico como: menstruação, pênis, vulva etc. referem-se ao contexto do SEXO e que as questões/atributos ou papéis tais como: gentileza, beleza, uso de determinadas roupas etc. podem ser compartilhados por ambos os gêneros masculino e feminino.

Na terceira etapa, dando seguimento às discussões de gênero, os/as estudantes, construíram a árvore de gênero e sexualidade. Esta atividade consistiu em dividir o grupo de jovens em quatro equipes para que fizessem uma lista com todas as informações que são passadas a crianças na infância sobre ser menino ou menina. Foram distribuídas tiras de papel onde registraram suas respostas na raiz de uma árvore previamente colocada na parede. As respostas relacionadas aos meninos do lado esquerdo e as meninas do lado direito. Depois refletiram como esses aspectos são construídos na infância de meninos e meninas.

Houve, também, uma reflexão conjunta sobre como homens e mulheres se comportam sendo criadas sob essas orientações. Os resultados dessa reflexão foram escritos nas tiras e colados como frutos. Por fim, foi feita uma leitura geral das respostas que foram dadas e os/as jovens falaram sobre suas percepções da construção desta árvore e definiram em coletivo um conceito de gênero e sexualidade.

Para encerrar essa etapa da oficina foi realizada uma discussão sobre a clássica frase de Simone de Beauvoir, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Por outras palavras, mulheres das mais

diferentes posições, militantes e estudiosas passaram a repeti-la para indicar que seu modo de ser e de estar no mundo não resultava de um ato único, inaugural, mas que, em vez disso, constituía-se numa construção. Fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura (LOURO, 2008).

Na quarta e última etapa foi realizado o debate informativo sobre prevenção ao HIV e sua cadeia de transmissibilidade. A roda de diálogo foi antecedida por uma técnica em que os/as jovens puderam dramatizar situações e vivências de pessoas que convivem com HIV/AIDS. Para finalizar o facilitador abordou os sintomas, formas e veículos de transmissão, além da janela imunológica. Usando como referência dados do Ministério da saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao final, o grupo avaliou positivamente as oficinas e demonstrou que percebem a necessidade da discussão sobre sexualidade e gênero para o enfrentamento do HIV/AIDS, afirmando também que as metodologias participativas usadas, colaboram para as reflexões dessas temáticas. Ao fim da atividade, uma das estudantes afirmou:

Eu acho sim, que antes de falar de AIDS, temos que falar de assuntos como sexo e sexualidade pra que as pessoas possam se conhecerem melhor, quer dizer, conhecer melhor seu corpo e assim poder prevenir e exigir a camisinha. (A. V., 12 anos).

A estudante infere a real necessidade de trabalhar essas temáticas em sala de aula, para ampliar as informações e fazer outros jovens entenderem que são múltiplas as possibilidades de vivências acerca da sexualidade, bem como os aspectos relativos ao papel de gênero na sociedade. Outra estudante também aborda aspectos parecidos, sobre a potencialidade da informação: “Se a mulher sabe que ela tem direitos iguais e que ela tem que se impor, ela consegue também fazer seu namorado ou *ficante* usar o preservativo sem medo e assim prevenir a aids” (C. S., 13 anos).

Aqui fica evidenciado que a discussão sobre HIV/AIDS não se trata apenas de uma mera discussão biológica, restrita ao uso ou desuso do preservativo. Foi possível identificar que os/as jovens conseguiram perceber a relação do poder imposto em sua maioria pelo homem para com as mulheres, não respeitando sua condição de pessoas que detêm direitos e que devem ser respeitados. Também foi possível notar de que a forma utilizada para discutir essas questões foi bem aceita pelos/as estudantes, conforme expresso a seguir.

E pra falar esses assuntos, eu prefiro que use mais um bate papo, assim sem ter que ser uma coisa chata, só o professor falando aqueles termos técnicos, acho que tem que usar vídeos, jogos fazer algumas brincadeiras. (Y. V., 12 anos).

Eu acho que dá pra falar de um assunto sério desse de uma forma light, mais leve fazendo dinâmicas, jogos, música, fazendo desenhos (D. P., 13 anos).

Os relatos anteriores apontam o grau de relevância que as dinâmicas de grupo, o uso de roda de diálogos, dramatizações e as metodologias participativas contribuíram para os processos relacionados às ações

educativas, especialmente dirigidas a adolescentes e jovens, no sentido de proporcionar interatividade, absorção e fixação de conhecimentos. Nota-se que essas metodologias se constituem ainda como um recurso que favorece a provocação de questões de cunho social, cultural e emocional, fatores essenciais para trabalhar a questão do HIV/AIDS e os temas correlatos como sexualidade, gênero e direitos humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é resultado da análise do projeto de intervenção que foi implementado em uma escola pública do município de Mata de São João a partir da formação *Lato Sensu* em Gênero e Sexualidade na Educação da Universidade Federal da Bahia. O processo conclusivo leva ao direcionamento inicial de que as discussões sobre gênero e sexualidade se constituem enquanto elementos fundamentais para enfrentar o aumento do HIV/AIDS. Na medida em que esta doença não é uma questão somente biológica, mas, sobretudo social, engendrada por mitos e tabus que colocam em especial o público feminino e LGBTI mais vulneráveis a esta enfermidade, pois estes segmentos sociais são subordinados/as a determinadas práticas sexuais de acordo com “as vontades” patriarcais.

Averiguou-se, também, que o melhor momento para ampliar as possibilidades sobre o entendimento de que é necessário respeitar o ser humano nas suas singularidades, independente de marcadores sociais como, a questão da orientação sexual, está inserida no contexto escolar, visto que adolescentes e jovens passam grande parte de sua formação intelectual e social na escola. Salienta-se a importância de garantir de forma substancial os investimentos na formação dos/as adolescentes e de jovens nas áreas de sexualidade e gênero e prevenção ao HIV/AIDS, assim como, também dos profissionais que lidam com estes adolescentes e jovens em seu cotidiano.

Com este trabalho também foi possível mensurar o papel das metodologias participativas enquanto instrumentos dinamizadores do mecanismo que envolve um processo de ensino-aprendizagem. Os resultados descritos, mostraram a deflagração de um processo cognitivo questionador, favorecendo a reflexão e a aquisição de conhecimentos, constituindo-se em um alicerce de incentivo à ação educativa para uma prática de respeito a diversidade humana e conseqüentemente para aumentar a busca por fenômenos educativos de caráter preventivo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline Salheb; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Conhecimento, atitude e prática do uso de pílula e preservativo entre adolescentes universitários. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 61, n. 1, p. 11-17, 2008.

ARAUJO, D.; CRUZ, I.; DANTAS, M. **Gênero e sexualidade na escola Salvador**: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

ARRAES, Camila de Oliveira *et al.* Masculinidade, vulnerabilidade e prevenção relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis/HIV/Aids entre adolescentes do sexo masculino: representações sociais em assentamento da reforma agrária. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 21, n. 6, p. 1266-1273, 2013.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

CRUZEIRO, Ana Laura Sica *et al.* Comportamento sexual de risco: fatores associados ao número de parceiros sexuais e ao uso de preservativo em adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1149-1158, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra S/A, Coleção Leitura, 2006.

GAVIN, L.; GALAVOTTI, C.; DUBE, H.; MCNAGHTEN, A. D.; MURWIRWA, M.; KHAN, R.; ST LOUIS, M. Factors Associated with HIV Infection in Adolescent Females in Zimbabwe. **J Adolesc Health**, v. 39, n. 4, p. 596.e11-18, 2006.

GUIMARÃES, Kátia. Nas raízes do silêncio: a representação cultural da sexualidade feminina e a prevenção do HIV / AIDS. *In*: **Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará / ABIA / IMS - UERJ, 1996.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 1, 2012.

LOURO. Pedagogias da sexualidade. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 7-34.

LOURO, G. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Prosições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LUCKESI, C. C. Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. *In*: LUCKESI, C. C. (org.). **Ludopedagogia – Ensaio 1: Educação Ludicidade**. Salvador: Gepel, 2000.

MAFRA, L. P. *et al.* **Aspectos de gênero e vulnerabilidade ao HIV/aids entre usuários de dois dos serviços de atendimento especializado em DST/AIDS de São Luís Maranhão**. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000300641&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 fev. 2020.

MAGALHÃES, Selma Reis. Homossexualidade na escola: de onde parte a discriminação? *In*: MESSEDER, Suely Aldir; MARTINS, Marco Antônio Matos. **Enlaçando sexualidades**. Salvador, EDUNEB, 2013. p. 169-188.

MARINHO, M. C. G. **A vida entre discursos**: representações da sexualidade do/a adolescente por profissionais de saúde em uma unidade de atenção básica. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MEYER, Dogmar Estermann; DORNELES, Priscila Gomes. Corpos, gêneros e sexualidades na escola: cenas contemporâneas, políticas emergentes e teorias potenciais. *In*: GIVIGI, Ana Cristina Nascimento *et al.* **O recôncavo baiano sai do armário**: universidade, gênero e sexualidade. Cruz das Almas: EDUFRB, 2013. p. 21-52.

MS – Ministério da Saúde. Adolescentes e jovens para educação entre pares. **Saúde e prevenção na escola**, v. 1, 4, 7, Brasília-DF, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/adolescentes-e-jovens-sao-28-da-populacao-mundial-onu-pede-mais-investimentos/>. Acesso em: 7 dez. 2019.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **Currículo e formação**: diversidade e educação das relações étnico-raciais. Curitiba: Progressiva, 2010.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Artigo Comentado, 2014.

SILVA, Elder Luan dos Santos. A ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 10, p. 269-296, 2018.

UNIFEM – Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulheres. **Igualdade de Gênero e HIV**: uma política por construir. 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/CartilhaAidsHIV2004.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Incluir para excluir. Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

XAVIER, G. A. B. **O Bullying e suas manifestações no ambiente escolar**: o trabalho para o desenvolvimento de uma postura humanística. 2015. Monografia (Especialização em Educação e para os Direitos Humanos, no Contexto da Diversidade Cultural) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Recebido em: 25 de Maio de 2021

Avaliado em: 6 de Junho 2021

Aceito em: 30 de Junho 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade e Doutorando em Gênero, Mulheres e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Especialista em História da África e Licenciado em História, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.
E-mail: elluanss@gmail.com

2 Especialista em Gestão em Saúde; Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação – UFBA; Licenciado em Ciências Biológicas – UCSAL; Bacharel Interdisciplinar em Saúde; Professor da rede Municipal de ensino de Mata de São João e Instituto Cultural Steve Biko.
E-mail: neinascimento13@gmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

